

FLORESTAN FERNANDES E A QUESTÃO DO NEGRO: batalhas acadêmicas e políticas

Paulo Henrique Fernandes Silveira ¹

RESUMO

Desde suas primeiras pesquisas sobre a questão do negro, no início dos anos 50, Florestan Fernandes enfrentou diferentes correntes de pensamento no interior das ciências sociais. Tais embates teóricos ultrapassaram o âmbito acadêmico e tiveram repercussões na agenda por direitos do movimento negro. Este artigo pretende analisar a importância das pesquisas e das posições defendidas por Fernandes na confluência das batalhas acadêmicas e políticas.

PALAVRAS-CHAVE

Questão do negro. Batalha acadêmica. Florestan Fernandes. Democracia racial. Movimento Negro.

¹ Doutor em Filosofia. Professor, pesquisador e orientador da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo (FEUSP). Pesquisador do grupo de Pesquisa em Direitos Humanos, Democracia e Memória do Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo (IEA-USP). Tem interesse nos seguintes temas: ensino de filosofia, filosofia da educação e teorias sobre a emancipação e o engajamento intelectual. Entre suas publicações recentes destaca-se: “Derrida e as portas abertas da memória, do arquivo e do testemunho”. *Alea: Estudos Neolatinos*, v. 22, p. 136-148, 2020. E-mail: paulo.henrique.fernandes@usp.br

À absurda agitação utilitária do branco, o negro opõe a autenticidade recolhida do seu sofrimento (Jean Paul Sartre, “Orfeu negro”).

Parafraseando o Prof. Florestan Fernandes, esperamos que nossas atividades enquanto ‘homem de ação’ possam contribuir para a efetivação do ‘homem de ciência’ (Eduardo de Oliveira e Oliveira, “Ideologia racial – estudo de relações raciais”).²

Introdução

Num texto publicado em 1953, o sociólogo e militante do movimento negro Guerreiro Ramos argumenta que, em países culturalmente colonizados, como o Brasil, uma parte significativa da sociologia não visa à autenticidade, restringindo-se a glosar “as orientações doutrinárias vigentes nos centros de cultura estrangeiros” (1953, p. 10). Segundo Ramos, as sociologias autênticas, especialmente, aquelas desenvolvidas nos países europeus, assumem direção e problemática próprias, seus conceitos são historicamente condicionados e suas formulações são “caudatárias de tradições militantes, orientadas no sentido pragmático” (1953, p. 9). Pela primeira vez em seus trabalhos teóricos, Ramos cobrava autenticidade da sociologia brasileira, princípio que estava presente no movimento da Negritude seguido pelo Teatro Experimental do Negro (TEN), no qual o sociólogo militava com Abdias do Nascimento.

Prontamente, o texto de Ramos teve uma resposta de Roger Bastide, sociólogo francês que, meses antes, havia publicado, com Florestan Fernandes, sua pesquisa sobre a situação dos negros no Estado de São Paulo. Numa carta aberta, Bastide aponta para o perigo das posições defendidas por Ramos. Em primeiro lugar, Bastide afirma que sua pesquisa com Fernandes, mesmo tendo sido patrocinada pela UNESCO, não sucumbiu aos interesses da instituição (1953, p. 522). Além disso, Bastide questiona a tese de que

² Eduardo de Oliveira e Oliveira formou-se em ciências sociais em 1964, na Universidade de São Paulo, nos anos 70, teve papel central na organização política do movimento negro. O projeto de pesquisa “Ideologia racial – estudo de relações raciais” encontra-se na coleção de textos e documentos desse autor, preservados pela Universidade Federal de São Carlos (TRAPP, 2018, p. 109).

o sociólogo, por causa das condições nacionais e econômicas de cada país pesquisado, deva trabalhar pragmaticamente, a favor de uma nação ou de uma classe, e não objetivamente (1953, p. 522). Por fim, Bastide alega que a autonomia sociológica depende, justamente, da construção de uma ciência universal desligada de qualquer causa particular (1953, p. 522).

Essas posições de Ramos sobre a sociologia também foram repudiadas por Fernandes. Em julho de 1953, Ramos apresentou propostas para o desenvolvimento da sociologia no Brasil, no *II Congresso Latino Americano de Sociologia*. Essas propostas foram rejeitadas pela maioria dos membros do congresso responsáveis pelo tema; Fernandes foi um dos que votou contra elas (SHIOTA, 2010, p. 16).

Ainda na década de 50, Fernandes (1958, 1959) desenvolve uma série de pesquisas sobre os fundamentos da sociologia aplicada. Em meados dos anos 70, Fernandes sustenta uma concepção de sociologia militante que, em certa medida, contrapõe-se à sociologia militante de Ramos (1995)³. Por um lado, Fernandes questiona qualquer engajamento intelectual que restrinja a liberdade acadêmica (1977b, p. 141). Por outro lado, ele advoga por uma sociologia que realmente esteja a serviço do povo e não das modas acadêmicas ou dos interesses particulares dos próprios intelectuais:

Numa era de palavras gastas, impõem-se evitar as orgias verbais. O que devemos fazer não é ‘lutar pelo Povo’. As nossas tarefas intelectuais possuem outro calibre: devemos colocar-nos a serviço do Povo brasileiro, para que ele adquira, com a maior rapidez e profundidade possíveis, a consciência de si próprio e possa desencadear, por sua conta, a revolução nacional que instaure no Brasil uma ordem social democrática e um Estado fundado na dominação efetiva da maioria (FERNANDES, 1977a, p. 246).

³ Nos anos 70, o próprio Fernandes reconhece uma alteração profunda na sua maneira de lidar com os assuntos da sociologia (SOARES, 1997, p. 81). Todavia, como sugere o sociólogo Gabriel Cohn (1987), é possível traçar uma relação direta entre a metodologia e as teses defendidas por Fernandes nas pesquisas dos anos 50 sobre o negro, suas pesquisas e textos teóricos sobre a sociologia aplicada, nos anos 50 e 60, e suas pesquisas e posicionamentos políticos nos anos 60 e 70.

No texto “Em busca de uma sociologia crítica e militante”, Fernandes (1977b) elabora um perfil biográfico e político da sua formação e da sua produção acadêmica. Numa passagem desse texto, Fernandes identifica um dos princípios do movimento da Negritude em suas pesquisas com Bastide sobre a situação dos negros no Brasil: a revolta contra a miséria, a humilhação e a servidão, engendrada na espoliação e no sofrimento (1972, p. 193). A partir da sua experiência como filho de mãe solteira, humilde e muito pobre, Fernandes enfrentou toda sorte de preconceitos e de barreiras econômicas para ter acesso aos estudos e ao mercado formal de trabalho:

Essa situação, por sua vez, voltou à minha observação mais tarde, na pesquisa com Bastide: o tema do ‘emparedamento do negro’. Esse tema foi agitado pelos movimentos de protesto. Muitos não acreditavam nele, especialmente, os brancos. Todavia, antes de investigá-lo em relação aos outros, eu conhecera a realidade que ele evoca bem de perto e muito a fundo. Uma sociedade de classes em formação não é tão aberta quanto muitos pensam e, tampouco, é aberta em todas as direções (FERNANDES, 1977b, p. 150).⁴

Num texto em homenagem a Roger Bastide, originalmente publicado em 1984, Fernandes (1989) relembra os pormenores da pesquisa para a UNESCO. Novamente, Fernandes ressalta a importância da sua origem social para a compreensão da situação dos negros que, desde a sua infância nos porões e cortiços da cidade de São Paulo, foram seus companheiros de privações e misérias (1989, p. 103). O sociólogo também destaca o papel central dos militantes do movimento negro na orientação da pesquisa, formulando hipóteses que foram: “ampliadas, verificadas empiricamente e testadas interpretativamente, aprofundadas e incorporadas ao horizonte cultural da explicação sociológica” (FERNANDES, 1989, p. 106-107).

O objetivo desse texto é apresentar, ainda que sucintamente, as posições dos principais sociólogos e correntes de pensamento com os quais Florestan Fernandes

⁴ A expressão “emparedamento do negro” foi utilizada pelo militante José Correia Leite numa entrevista para a pesquisa de Bastide e Fernandes (FERNANDES, 1965, p. 11). É provável que Correia Leite tivesse em mente o poema “O emparedado”, de Cruz e Souza (GUIMARÃES, 2004, p. 272).

dialoga em suas pesquisas sobre a questão dos negros, indicando as batalhas acadêmicas e políticas que ele enfrentou nesse campo. Esse debate sociológico dimensiona a originalidade e a importância dos trabalhos de Fernandes no interior da chamada “Escola sociológica paulista”. Por outro lado, as interpretações e as teses sociológicas de Fernandes apontam para outras batalhas que também precisavam ser enfrentadas, não apenas no horizonte dos debates acadêmicos, mas na organização e no fortalecimento dos movimentos sociais e do protesto negro.

As políticas da ciência

Como lhe ensinaram os professores e pesquisadores brasileiros e estrangeiros da Universidade de São Paulo e da Escola Livre de Sociologia e Política, em seus trabalhos, Fernandes e a nova geração de cientistas sociais paulistas dialogam com os principais autores de cada tema. Com relação à questão do negro, um desses autores trazidos para o debate foi o médico e fisiologista francês Louis Couty. Suas descrições e análises sobre a escravidão no Brasil em meados do século XIX são parcialmente incorporadas por Fernandes (1955), Celso Furtado (1974) e Gilberto Freyre (2003).

Pautado pelas teorias científicas da sua época, Couty sustenta que o negro cativo possui “todas as características intelectuais e morais de uma criança que não pode se ajustar facilmente às condições da vida adulta civilizada” (1988, p. 97). Baseado em suas próprias observações, o médico francês afirma que, quase sempre, o negro porta-se como um grande preguiçoso, cuja indolência está na base de todas as suas relações individuais e sociais (COUTY, 1988, p. 93). Para Couty, em qualquer região do mundo, o negro encontra-se numa fase primitiva da evolução humana, na qual o trabalho é considerado um castigo ou uma punição: “é por isso que, para ele, o supremo bem

corresponde à ausência de qualquer atividade” (1988, p. 93)⁵. Diferente do que ocorre nas Antilhas e na América do Norte, onde o negro é tratado como um pária e corre o risco constante de ser aniquilado, no Brasil, onde o negro liberto é comumente tratado como igual, inexistente preconceito racial (COUTY, 1988, p. 52).

Sobre o tema da passagem do trabalho escravo para o trabalho livre destacam-se as cartas abertas de Joaquim Nabuco e do embaixador norte-americano Henry Hilliard, em 1880. Ao ser instigado por Nabuco para compartilhar a experiência abolicionista em seu país e na Europa, Hilliard enfatiza duas medidas importantes: a criação de uma universidade em Atlanta, nos EUA, voltada para a formação e a qualificação profissional dos ex-escravos (1880, p. 14), e um conjunto de medidas do parlamento inglês que visava oferecer um período de quatro ou cinco anos de aprendizado e um auxílio para moradia (1880, p. 19).

No Brasil, a discussão sobre possíveis reparações aos ex-escravos foi levantada pela primeira vez por José do Patrocínio (1996, p. 23), num artigo publicado em 6 de setembro de 1880, um mês após Nabuco ter um projeto de emancipação dos escravos negado na Câmara (NABUCO, 1881, p. 6-7). Em seu projeto, que previa o fim da escravidão num prazo de dez anos, Nabuco recomenda que o estado indenize os senhores que ainda tivessem escravos ao término desse processo, mas não sugere nenhuma forma de reparação aos próprios ex-escravos. Em seu artigo, Patrocínio repudia as indenizações aos senhores de escravos e aprova que os mesmos paguem uma reparação aos negros escravizados após a lei de 1831, que proibia o tráfico (1996, p. 25). Num panfleto da Confederação Abolicionista, formada por José do Patrocínio,

⁵ Num estudo sobre as referências teóricas de Celso Furtado em suas pesquisas nos anos 50, o economista Tamás Szmrecsányi destaca a importância das análises de Couty (2009, p. 199). Uma passagem do livro *Formação econômica do Brasil* parece dialogar com as ideias do médico francês: “O homem formado dentro desse sistema colonial está totalmente desapeado para responder aos estímulos econômicos. Quase não possuindo hábitos de vida familiar, a ideia de acumulação de riqueza é praticamente estranha. Demais, seu rudimentar desenvolvimento mental limita extremamente suas ‘necessidades’. Sendo o trabalho para o escravo uma maldição e o ócio o bem inalcançável” (FURTADO, 1974, p. 167).

Luiz Gama, André Rebouças e outros abolicionistas, defende-se que os senhores de escravos paguem os salários devidos aos negros por 300 anos de escravidão no país (CONFEDERAÇÃO ABOLICIONISTA, 1883, p. 10).

Um dos autores que teve um papel importante nas análises do processo abolicionista foi o jurista, escritor e deputado Silvio Romero. Num artigo publicado em 1881, Romero critica veementemente as posições de Nabuco e Hilliard em suas cartas abertas sobre a emancipação dos negros:

O verdadeiro problema que nos ocupa vem a ser: a substituição do trabalho escravo pelo livre, o fim do regime colonial pelo democrático, a vitória da ciência sobre a rotina. (...) A ciência política de hoje não aceita mais soluções imprevistas. A economia política, a ciência do trabalho, é que deve procurar a solução do debate (ROMERO, 1881, p. 195-196).

Segundo Romero, não é preciso forjar uma antropologia para resolver a questão do processo abolicionista. Seguindo as teorias científicas vigentes, o deputado assevera que os negros nunca chegaram a civilizar-se (1881, p. 198). Nesses termos, para o bem da economia e do desenvolvimento dos negócios, é preciso investir na imigração europeia e promover a concorrência do trabalho livre, tornando-o ainda mais barato (1881, p. 196). Como consequência dessa medida, conclui o deputado: “*o trabalho livre deve matar o trabalho escravo*” (1881, p. 198, grifos do autor).

Leitor e admirador de Romero, o médico Raimundo Nina Rodrigues foi outra grande referência intelectual da virada do século XIX nos estudos e na discussão sobre a questão do negro. Em suas pesquisas, Nina Rodrigues mescla teorias médicas e investigações etnológicas. Ao mesmo tempo em que procura referendar suas posições com explicações etnológicas que atestam a evolução das raças, o médico simpatiza com teorias explicitamente eugenistas.

No livro *As raças humanas e a responsabilidade penal no Brasil*, publicado em 1884, Nina Rodrigues (1938, p. 158-159) cita e ratifica um texto do médico e sociólogo francês Armand Corre:

O negro crioulo libertou-se dos labores embrutecedores e das misérias degradantes do seu congênere africano, adquiriu algum verniz pelo atrito com elementos étnicos superiores; melhorou, mas não deixou de pertencer à sua raça que não é adaptável às mesmas condições sociais do Ariano (CORRE, 1889, p. 121).

Na interpretação de Elide Bastos, esse racismo científico presente em Silvio Romero e Nina Rodrigues visa conferir um cunho legal à discriminação racial. Através da erudição e da linguagem científica, esses intelectuais tentam legitimar a desigualdade racial, naturalizando a liderança branca sobre os negros (BASTOS, 1991, p. 35).

Em *Casa grande & senzala*, publicado em 1933, o sociólogo Gilberto Freyre (2003) rechaça as teorias eugenistas endossadas por Nina Rodrigues e Oliveira Viana. Essa posição inspira os versos de Manuel Bandeira, numa homenagem que foi incluída nas edições recentes de *Casa grande & senzala*: “A mania ariana/ Do Oliveira Viana/ Leva aqui sua lambada/ Bem puxada” (FREYRE, 2003, p. 12).

Por outro lado, Freyre retoma a tese, já defendida por Couty, de que não se cultivam preconceitos inflexíveis no Brasil (2003, p. 265). A partir de uma interpretação sociológica e pretensamente científica, Freyre sustenta que a intensa e frequente miscigenação nas famílias brasileiras promoveria a diluição de todas as formas de conflitos raciais (BASTOS, 1991, p. 36).

Essa posição de Gilberto Freyre é imediatamente corroborada por inúmeros intelectuais brasileiros e estrangeiros. Um dos seus divulgadores mais convictos foi o médico e etnólogo Arthur Ramos. Mesmo sendo um fervoroso crítico do racismo científico, Ramos se apresenta como um pesquisador da “Escola Nina Rodrigues”, destacando, fundamentalmente, a importância do seu trabalho etnológico (RAMOS,

1942a, p. 5). No fim de 1942, em meio à Segunda Guerra mundial, Arthur Ramos funda a Sociedade Brasileira de Antropologia e Etnologia (SBAE), e participa da elaboração de um manifesto contra o nazismo que seria assinado por seu amigo Gilberto Freyre e por outros intelectuais. Esse manifesto foi encaminhado ao então Ministro de Educação e Saúde, Gustavo Capanema:

O Brasil é uma nação formada dos elementos étnicos mais heterogêneos. Aqui se misturaram povos de procedências étnicas indígena, europeia e africana, num tal ambiente de liberalismo e ausência de restrições legais à miscigenação que o Brasil se tornou a terra ideal para a vida em comum dos povos das procedências étnicas mais diversas. Esse grande ‘laboratório de civilização’, como já foi chamada a nossa terra, apresentou a solução mais científica e mais humana para o problema, tão agudo entre outros povos, da mistura das raças e de culturas. (...)

Esta filosofia brasileira no tratamento das raças é a melhor arma que podemos oferecer contra a monstruosa filosofia nazista que, em nome da raça, trucidou e saqueou, nas tentativas de dominação do mundo (RAMOS, 1942b)⁶.

A ciência da “Escola sociológica paulista”

Após a Segunda Guerra Mundial, em resposta aos horrores do antissemitismo e do Holocausto, a ONU cria a UNESCO. Um dos objetivos da instituição é promover pesquisas e discussões sobre os fatores que teriam contribuído para a perseguição racial e para o genocídio judeu. Além disso, “a persistência do racismo, especialmente, nos EUA e África do Sul, o surgimento da Guerra Fria e o processo de descolonização africana e asiática mantiveram a atualidade da questão racial” (MAIO, 1999, p. 43). No final dos anos 40, trabalhando na UNESCO com outros sociólogos brasileiros, Arthur Ramos sugere que a instituição promova uma pesquisa sobre o preconceito racial para conhecer o “laboratório de civilização” que existiria no Brasil. Segundo Fernandes,

⁶ No artigo “Brazil, laboratory of civilization”, publicado em 1929, o antropólogo alemão Rüdiger Bilden utiliza pela primeira vez essa expressão. Foi Gilberto Freyre, que havia estudado com Bilden na Universidade de Columbia, quem o colocou em contato com Arthur Ramos (RAMOS, 1937). A tese central de Bilden, desenvolvida por Freyre em *Casa grande & senzala*, era de que a intensa e diversificada miscigenação no Brasil não implicou, como pressupunha o racismo científico, numa degeneração racial (PALLARES-BURKE, 2013, p. 181).

com essa pesquisa, a UNESCO pretendia sensibilizar o governo brasileiro para a adoção de medidas legais favoráveis ao negro e “demonstrar que negros e brancos podem conviver democraticamente” (1989, p. 7).

Um dos intelectuais contatados por Ramos para realizar a pesquisa foi o sociólogo norte-americano Donald Pierson, que tinha sido professor de Fernandes no mestrado da Escola Livre de Sociologia e Política. No livro *Branços e negros na Bahia*, publicado no Brasil em 1945, com introduções de Ramos e Robert Park (orientador da pesquisa), Pierson chega às seguintes conclusões:

Existe na Bahia pouco preconceito de raça (se é que existe), no sentido em que este termo é usado nos Estados Unidos. Não existem castas baseadas na raça; existem somente classes. Isto não quer dizer que não exista algo que se possa chamar propriamente de “preconceito”, mas sim que o existente é um preconceito de classe e não de raça (PIERSON, 1945, p. 402).

Um ano antes da realização da Pesquisa UNESCO, sob a coordenação de Abdias do Nascimento, o Teatro Experimental do Negro (TEN) promoveu no Rio de Janeiro o I Congresso do Negro Brasileiro. Entre os convidados estavam pessoas ligadas a Ramos, falecido um ano antes. Na comissão de pesquisadores da Universidade de São Paulo e da Escola Livre de Sociologia e Política, estavam o professor Roger Bastide, e alguns dos seus jovens assistentes, entre eles, Florestan Fernandes e Gilda de Mello e Sousa (OLIVEIRA, 2018, p. 157).

Nos debates organizados pelo congresso, todos os participantes argumentam, opinam, tomam posições e votam, aprovando ou desaprovando as teses apresentadas (NASCIMENTO, 1982). Nesses encontros, uma série de teorias antropológicas, etnológicas, médicas, jurídicas e políticas são apresentadas e discutidas por todos, esmiuçando seus possíveis desenlaces práticos na vida cotidiana do negro brasileiro. Negros e brancos pensam juntos os encaminhamentos a serem tomados nas pesquisas

acadêmicas e na atuação política do movimento negro. Em sua participação, representando a comissão paulista no congresso, Bastide tratou do estereótipo “subentendido no preconceito racial e que justifica aos olhos do branco que o negro seja impulsivo, ladrão, preguiçoso, tornando-se, com facilidade, um criminoso” (NASCIMENTO, 1982, p. 163). Utilizando a mesma estratégia de Ramos, que separa o etnólogo Nina Rodrigues das suas teorias eugenistas, Bastide recupera ideias do médico sobre o tema. Após analisar dados relativos aos altos índices de criminalidade dos negros no estado de São Paulo, Bastide encerra sua comunicação defendendo a mudança desse quadro através de um intenso trabalho educativo.

Alguns meses após o I Congresso do Negro Brasileiro, Bastide e Fernandes começam a preparar a pesquisa encomendada pela UNESCO. A princípio, a pesquisa em São Paulo deveria ser dirigida por Pierson. No entanto, o sociólogo se desinteressou pelo projeto quando soube “que a UNESCO não colocara fundos suficientes para realização de uma pesquisa de envergadura” (FERNANDES, 1989, p. 102).

Num cuidadoso trabalho a partir do Acervo Florestan Fernandes da Biblioteca Comunitária da UFSCAR, Antonia Campos (2014) examina as metodologias utilizadas na Pesquisa UNESCO em São Paulo: a análise teórica de livros, documentos e material da imprensa, os questionários e entrevistas com representantes da classe patronal e a organização de encontros com militantes do movimento negro. Com esse material teórico e empírico, Bastide e Fernandes colhem dados e desenvolvem suas hipóteses. Segundo Fernandes, os encontros com os militantes foram fundamentais para a pesquisa (1989, p. 106). O negro foi convocado para falar sobre si mesmo.

Num dos textos produzidos a partir dessa pesquisa, “Do escravo ao cidadão”, publicado em 1953, na revista *Anhembi*, Fernandes faz ecoar uma hipótese que foi levantada por Sofia de Campos Teixeira, professora, jornalista e militante do

movimento negro. Para a militante, a condição do negro naqueles anos 50 refletia diretamente as injustiças do processo de abolição (CAMPOS, 2014, p. 44). Em seu texto, Fernandes desenvolve essa hipótese:

Aos escravos foi concedida uma liberdade teórica, sem qualquer garantia de segurança econômica ou de assistência compulsória; aos senhores e ao Estado não foi atribuída nenhuma obrigação com referência às pessoas dos libertos, abandonados a própria sorte daí em diante. Em suma, prevaleceram politicamente os interesses sociais dos proprietários dos escravos, a medida em que aqueles interesses não colidiam com o fim explícito da lei abolicionista (1955, p. 47).

As condições econômicas e políticas do processo de abolição não permitiram a passagem do escravo ao cidadão, como também não promoveram a integração do negro na sociedade de classes.⁷ Seguindo a proposta de Silvio Romero, a competição promovida pelo Estado com a mão-de-obra de centenas de milhares de imigrantes europeus empurrou o negro para a margem da sociedade burguesa. Nessa perspectiva, explica Ramatis Jacino, historiador, professor e militante do movimento negro:

A base da cidadania da sociedade burguesa, que no Brasil emerge do final do período escravista, é o trabalho que, não obstante, foi negado ao ex-escravizado e seus descendentes. Ao dar um término legal à escravidão, teoricamente todos se tornaram cidadãos com os mesmos direitos e deveres, mas os impedimentos criados para que os negros tivessem acesso ao trabalho fizeram se estender ao capitalismo em ascensão as diferenças estamentais do escravismo. Considerando o nível de interdependência das várias dimensões da análise histórica, infere-se que a marginalização econômica gerou a marginalização social, cultural e política de parte significativa da população brasileira, promovendo sua invisibilidade, no futuro e no passado, sempre reescrita à luz das concepções do presente (2012, p. 188).

⁷ Segundo Elide Rugai Bastos, o programa de investigação proposto por Fernandes não se limita à questão racial (2002, p. 191). Partindo da hipótese de que a condição do negro após a abolição estaria diretamente relacionada à peculiaridade da revolução burguesa no Brasil, que implicou na exploração da mão de obra e nas restrições no acesso dos negros ao mercado formal de trabalho, Fernandes desloca o debate sobre a questão racial do âmbito da cultura para o da estrutura e organização social (BASTOS, 1991, p. 38). No início dos anos 60, esse programa influenciou os trabalhos de Fernando Henrique Cardoso (2003) e de Octávio Ianni (1988), colaboradores de Fernandes na “Escola sociológica paulista”.

Numa pesquisa publicada em 1951, também para a UNESCO, o antropólogo espanhol Juan Comas trata dos inúmeros mitos raciais que passam a assombrar o mundo no período do pós-Holocausto (COMAS, 1951). A esses mitos, Fernandes acrescentou o mito da democracia racial, que não poderia coexistir com a segregação econômica e social dos negros.

Pelas análises de Octavio Ianni, os mitos dominantes visam à preservação de uma estrutura social que garante os interesses materiais e políticos de determinados setores da sociedade (1987, p. 296). Nesse sentido, o estudo científico das relações raciais no Brasil contribui para “o desmascaramento de padrões que obstam o processo da sociedade em direção da democracia” (IANNI, 1987, p. 292).

Num célebre ensaio, a historiadora Emília Viotti da Costa (2007) avalia quais setores da sociedade brasileira seriam beneficiados com o mito da democracia racial. Em suas reflexões, Costa destaca as relações entre esse mito racial e a cultura ou ideologia do “branqueamento”: o Brasil superaria todos os seus problemas raciais através da miscigenação (2007, p. 377). As poucas alternativas de ascensão social do negro se restringiriam àqueles que tivessem a pele o mais branca possível (COSTA, 2007, p. 378). Essa democracia racial não impediu a sustentação do princípio racista da superioridade dos brancos sobre os negros, como o fez em seus trabalhos o “mulato” (negro de pele clara) Nina Rodrigues (COSTA, 2007, p. 380). Desse modo, o mito beneficiaria os brancos em geral e a parcela dos negros que cumprisse as exigências dessa ideologia do “branqueamento”, além de dificultar a criação de uma unidade no interior do movimento negro (COSTA, 2007, p. 386).

No início de um artigo publicado em 1977, numa revista de grande circulação, Beatriz Nascimento, historiadora, professora, poeta e militante do movimento negro, denuncia a ambiguidade dessa democracia racial:

Certa vez, em Salvador, conversava com um jovem chefe de família que tentava convencer-me de como a Bahia era o maior centro de tolerância racial do mundo. Ao justificar tal pretensão para o seu estado, mostrou-se um adepto apaixonado da miscigenação e recorreu ao seu exemplo. Mostrou-me seus dois filhos pequenos, ambos mulatos, mas com diferenças de tonalidade de pele, e disse: “Está vendo? Este aqui saiu quase como eu (referindo-se ao menino mais escuro), mas este já saiu melhor; quase louro”. Dizendo isto, enquanto eu e o primeiro menino olhávamos atônitos para ele, concluiu: “Deste jeito o negro vai desaparecendo e não teremos conflito racial como nos Estados Unidos” (NASCIMENTO, 2006, p. 106).

Estudiosa das pesquisas de Fernandes e de toda a “Escola sociológica paulista”, Lélia Gonzalez, antropóloga, professora, pesquisadora e militante do movimento negro tornou-se uma fervorosa crítica do mito da democracia racial. Em 1987, numa das suas participações na Subcomissão da Constituinte Negros, Populações Indígenas, Pessoas Deficientes e Minorias, Gonzalez analisa:

Então é que vamos perceber que nesse período que vem de 1888 para cá as grandes promessas da campanha abolicionista não se realizaram; aquelas promessas de que o negro pode ser doutor, que pode ser isto e aquilo, que pode pretender a uma ascensão social, nada disso aconteceu. (...) Não é por acaso que essa população acabou por ser atirada na periferia do sistema de produção que se instalou no país. (...) O negro deixava de ser escravo para se transformar em proletário, mas só que ele não teve espaço para isto, porque vieram os italianos, vieram os japoneses, vieram os alemães, vieram os poloneses, e ele ficou à margem. Nós estamos brigando, hoje, é para sair dessa marginalidade (BRASIL, 1987, p. 65).

Conclusões

Como afirmou Roger Bastide (1953) na carta aberta a Guerreiro Ramos, definitivamente, a pesquisa coordenada por ele e Florestan Fernandes sobre a situação dos negros em São Paulo não sucumbiu aos interesses da UNESCO. Com o intuito de questionar e de combater o racismo científico no pós-Holocausto, a instituição apostava na tese endossada por Gilberto Freyre, Arthur Ramos, Donald Pierson e outros sociólogos sobre a democracia racial praticada no Brasil. Atrelado ao processo de

miscigenação e à ideologia do “branqueamento”, esse mito racial não ameaçava acabar, apenas, com os conflitos raciais, mas com a própria existência do povo negro. Na estrutura de poder estabelecida após a abolição, esse mito garantia os interesses de determinados setores da sociedade brasileira, especialmente, da aristocracia branca.

Nas palavras de Fernandes, as pesquisas da “Escola sociológica paulista” ousaram questionar, no âmbito da academia, a falsa consciência fomentada por uma propaganda tenaz e alimentada por estudiosos “que deveriam ter uma posição crítica em relação ao *nosso* dilema racial” (1989, p. 7). Travada a batalha teórica na academia, restava trabalhar para o fortalecimento do movimento negro. A militância do sociólogo junto ao meio negro se deu de várias maneiras. Além do diálogo constante com algumas lideranças, como Abdias do Nascimento e José Correia Leite, dos artigos para a grande imprensa, das palestras em inúmeras instituições e dos prefácios e apresentações dos livros de intelectuais do movimento, logo após a Pesquisa UNESCO, Fernandes passou a frequentar e a colaborar com a Associação Cultural do Negro (SILVA, 2012, p. 246). Ao desvendarem o mito da democracia racial, as pesquisas de Fernandes e dos seus companheiros da “Escola sociológica paulista” contribuíram na formação intelectual e política de grandes pensadoras e pensadores do movimento negro.

Num artigo publicado em meados dos anos 70, Eduardo Oliveira e Oliveira reconhece o comprometimento dos movimentos sociais no meio negro brasileiro, já nas primeiras décadas do século XX, com a “congregação de todos os negros do Brasil” (1974, p. 72). Esse foi, justamente, um dos objetivos de Fernandes em suas pesquisas e em sua militância. Segundo o sociólogo, mais do que estimular uma “consciência de situação”, ou de lutar pela ascensão a tudo o que lhe foi proibido ou negado, “o negro precisa lutar para ser aceito como negro, preservar sua concepção do homem e sua herança cultural” (FERNANDES, 1972, p. 195).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BASTIDE, Roger. 1953. Carta Aberta a Guerreiro Ramos. *Revista Anhembi*, São Paulo, v. 12, n. 36, p. 521-528.

BASTOS, Elide Rugai. 2002. O pensamento social da escola sociológica paulista. In: MICELI, Sérgio (Org.). *O que ler na ciência social brasileira – Volume IV*. São Paulo: Editora Sumaré/ANPOCS/CAPES. p. 183-230.

_____. 1991. A questão social e a sociologia paulista. *São Paulo em perspectiva*, São Paulo, v. 5, n. 1, p. 31-39. Disponível: http://produtos.seade.gov.br/produtos/spp/v05n01/v05n01_05.pdf Acesso em: 24 de agosto de 2020.

BRASIL. ASSEMBLÉIA NACIONAL CONSTITUINTE (ATAS DE COMISSÕES). *Subcomissão dos Negros, Populações Indígenas, Pessoas Deficientes e Minorias*. Brasília, 1987. Disponível em: http://www.senado.leg.br/publicacoes/anais/constituante/7c_Subcomissao_Dos_Negros_Populacoes_Indigenas.pdf Acesso em: 24 de agosto de 2020.

CAMPOS, Antonia. 2014. *Interfaces entre sociologia e processo social: a Integração do negro na sociedade de classes e a pesquisa Unesco em São Paulo*. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

CARDOSO, Fernando Henrique. 2003. *Capitalismo e escravidão no Brasil meridional. O negro na sociedade escravocrata do Rio Grande do Sul*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

COHN, Gabriel. 1987. O ecletismo bem temperado. In: D’Incao, Maria (org.). *O saber militante: ensaios sobre Florestan Fernandes*. Rio de Janeiro: Paz e Terra; São Paulo: UNESP. p. 48-53.

COMAS, Juan. 1951. *Racial Myths*. Paris: Unesco Publication.

CONFEDERAÇÃO ABOLICIONISTA. 1883. *Abolição imediata e sem indenização, Panfleto n. 1*, Rio de Janeiro: Typ. Central, de Evaristo R. da Costa. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/174442>. Acesso em: 24 de agosto de 2020.

CORRE, Armand. 1889. *Le crime en pays créoles* (Esquisses d’ethnographie criminelle). Lyon; Paris: A. Storck Ed.; G. Steinheil Ed.

COSTA, Emília Viotti da. 2007. O mito da democracia racial no Brasil. In: *Da monarquia à república: momentos decisivos*. São Paulo: Fundação Editora UNESP, p. 267-286.

COUTY, Louis. 1988. *A escravidão no Brasil*. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Ruy Barbosa.

FERNANDES, Florestan. 1989. As relações raciais em São Paulo reexaminadas. In: *Significado do protesto negro*. São Paulo: Cortez; Autores Associados. p. 100-109.

_____. 1977a. A geração perdida. In: *A sociologia no Brasil: contribuição para o estudo de sua formação e desenvolvimento*. Petrópolis: Vozes. p. 213-252.

_____. 1977b. Em busca de uma sociologia crítica e militante. In: *A sociologia no Brasil: contribuição para o estudo de sua formação e desenvolvimento*. Petrópolis: Vozes. p. 140-212.

_____. 1972. *O negro no mundo dos brancos*. São Paulo: Difusão Europeia do Livro.

_____. 1965. *Integração do negro na sociedade de classes*. Vol. 2: No limiar de uma nova era, São Paulo: Dominus Editora; Editora da Universidade de São Paulo.

_____. 1959. *Ensaio de sociologia geral e aplicada*. São Paulo: Pioneira.

_____. 1958. *A etnologia e a sociologia no Brasil: ensaios sobre aspectos da formação e do desenvolvimento das ciências sociais na sociedade brasileira*. São Paulo: Anhembi.

_____. 1955. Do escravo ao cidadão. In: BASTIDE, Roger; FERNANDES, Florestan. *Relações raciais entre negros e brancos em São Paulo*. São Paulo: Anhembi. p. 16-66.

FREYRE, Gilberto. 2003. *Casa-grande & senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal*. São Paulo: Global.

FURTADO, Celso. 1974. *Formação econômica do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras.

GUIMARÃES, Antônio Sérgio. 2004. Intelectuais negros e formas de integração nacional. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 18, n. 50, p. 271-284.

HILLIARD, Henry; NABUCO, Joaquim. 1880. *Sociedade Brasileira contra a Escravidão. Cartas do presidente Joaquim Nabuco e do ministro americano H. W. Hilliard sobre a emancipação nos Estados Unidos*. Rio de Janeiro: G. Leuzinger & Filhos. Disponível em:
http://digitalizacao.fundaj.gov.br/fundaj2/modules/busca/listar_projeto.php?cod=13&from=6#. Acesso em: 24 de agosto de 2020.

IANNI, Octavio. 1988. *As metamorfoses do escravo: apogeu e crise da escravatura no Brasil meridional*. São Paulo: Hucitec.

_____. 1987. *Raças e classes sociais no Brasil*. São Paulo: Brasiliense.

JACINO, Ramatis. 2012. *O negro no mercado de trabalho em São Paulo pós-abolição – 1912/1920*. Tese (Doutorado em História) – Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo.

NABUCO, Joaquim. 1881. Um projeto de abolição. *O Abolicionista*: órgão da Sociedade Brasileira contra a Escravidão, Rio de Janeiro, n. 3, p. 6-7. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=230812&pagfis=17>. Acesso em: 24 de agosto de 2020.

MAIO, Marcos. 1999. O projeto Unesco e a agenda das ciências sociais no Brasil dos anos 40 e 50. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 14, n. 41, p. 141-158. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69091999000300009&lang=pt. Acesso em: 26 de agosto de 2020.

NASCIMENTO, Abdias. 1982. *O negro revoltado*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.

NASCIMENTO, Beatriz. 2006. Nossa democracia racial. In: RATTS, Alex. *Eu sou atlântica*: sobre a trajetória de vida de Beatriz Nascimento. São Paulo: Instituto Kuanza/Imprensa Oficial. p. 106-109.

OLIVEIRA, Eduardo de Oliveira e. 1974. O mulato, um obstáculo epistemológico. *Argumento*, São Paulo, n. 3, p. 65-73.

OLIVEIRA, Maybel. 2018. *O teatro experimental do negro em meio à militância e à intelectualidade: eventos programáticos realizados entre 1945 e 1950*. Dissertação (Mestrado em História) – Centro de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

PALLARES-BURKE, Maria. 2013. Brasil, laboratório de civilização: a importância de Rüdiger Bilden. *Revista de Ciências Sociais – Política e Trabalho*, João Pessoa, n. 39, p. 179-194. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/politicaetrabalho/article/view/17651>. Acesso em 26 de agosto de 2020.

PATROCÍNIO, José. 1996. *Campanha abolicionista*. Coletânea de artigos. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional.

PIERSON, Donald. 1945. *Branços e pretos na Bahia*. Estudo de contato racial. São Paulo: Companhia Editora Nacional.

RAMOS, Alberto Guerreiro. 1995. *Introdução crítica à sociologia brasileira*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ.

_____. 1953. *O processo da sociologia no Brasil*. Esquema de uma história das ideias. Rio de Janeiro: [s. ed.].

RAMOS, Arthur. 1942a. *A aculturação negra no Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional.

_____. 1942b. *Carta a Gustavo Capanema* enviando o texto do Manifesto da Sociedade Brasileira de Antropologia e Etnologia aprovado por aclamação em seção ordinária de 28 de agosto de 1942. Rio de Janeiro. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdac/acervo/arquivo-pessoal/GC/textual/carta-de-artur-ramos-a>

[gustavo-capanema-enviando-o-texto-do-manifesto-da-sociedade-brasileira-de-antropologia-e-etnologia-que-critica-o-nazismo-al](#). Acesso em: 24 de agosto de 2020.

_____. 1937. *Carta a Rüdiger Bilden* agradecendo sua opinião sobre seus livros *O negro brasileiro* e *O folclore negro do Brasil*. Rio de Janeiro. Disponível em: <https://bdlb.bn.gov.br/acervo/handle/20.500.12156.3/32170>. Acesso em 26 de agosto de 2020.

RODRIGUES, Raimundo Nina. 1938. *As raças humanas e a responsabilidade penal no Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional.

ROMERO, Silvio. 1881. A questão do dia: a emancipação dos escravos. *Revista Brasileira*, ano. 2, tomo 7, p. 196-199. Disponível em: http://memoria.bn.br/pdf/139955/per139955_1881_00007.pdf. Acesso em: 24 de agosto de 2020.

SARTRE, Jean-Paul. 1965. Orfeu Negro. In: *Reflexões sobre o racismo*. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1965. p. 89-125.

SHIOTA, Ricardo. 2010. *Os pressupostos do debate intelectual entre Florestan Fernandes e Guerreiro Ramos*: duas versões de teoria crítica da sociedade brasileira?. Dissertação (Mestrado em Sociologia), Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília.

SILVA, Mário Medeiros da. 2012. Fazer história, fazer sentido: Associação Cultural do Negro (1954-1964). *Lua Nova*, São Paulo, v. 85, p. 227-273. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-64452012000100007. Acesso em: 29 de agosto de 2020.

SOARES, Eliane Veras. 1997. *Florestan Fernandes: o militante solitário*. São Paulo: Cortez.

SZMRECSÁNYI, Tamás. 1999. Sobre a formação da Formação econômica do Brasil de C. Furtado. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 13, n. 37, p. 2017-214. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/ea/v13n37/v13n37a11.pdf>. Acesso em: 25 de agosto de 2020.

TRAPP, Rafael. 2018. *O elefante negro*: Eduardo de Oliveira e Oliveira, raça e pensamento social no Brasil (São Paulo, década de 1970). Tese (Doutorado em História Social) – Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal Fluminense, Niterói.

FLORESTAN FERNANDES AND THE QUESTION OF BLACK

PEOPLE: academic and political battles

ABSTRACT

Since his first research on the issue of black people in the early 1950s, Florestan Fernandes faced different currents of thought in social sciences. Such theoretical debates went beyond the academic scope and had repercussions on the rights agenda of the black movement. This article aims to analyze the importance of the research and the positions defended by Fernandes at the confluence between academic and political battles.

KEYWORDS

The question of black people. Academic battle. Florestan Fernandes. Racial democracy. Black Movement.